



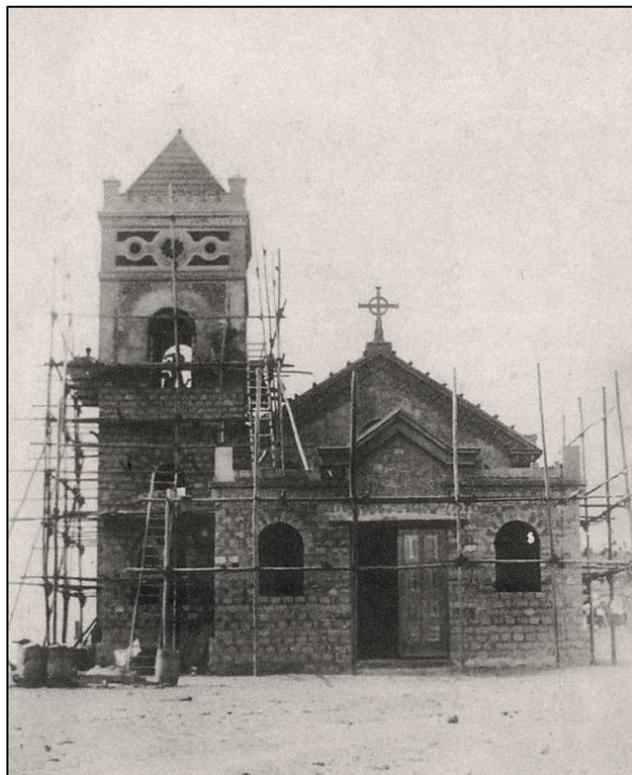
30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR



Fotografia 01 – A matriz de Nossa Senhora do Carmo, a princípio, foi uma pequena capela construída por padres franciscanos em 1892. Fonte: Acervo pessoal, prof. Maurício Zouein.



Fotografia 02 – “As obras da igreja Matriz de Boa Vista continuam paradas até hoje pela absoluta falta de officiaes. Já estão preparados os madeiramentos e aas telhas para o edificio” (Jornal do Rio Branco’ nº 3 de janeiro e fevereiro de 1917). Fonte: Acervo pessoal prof. Maurício Zouein.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Em 1904, o governador do Amazonas, Constantino Nery (1859-1924), o fotógrafo Georg Hübner, juntos com o engenheiro militar Alfredo Ernesto Jacques Ourique (1848-1932) subiram o Rio Branco, a bordo do Vapor Mararyr¹²⁵ e documentaram a vida ribeirinha e a criação de gado bovino nas grandes fazendas nacionais no Rio Branco, “São Marcos” e “São Bento”, origem da maior parte da carne que abastecia Manaus. A vila de Boa Vista do Rio Branco estava situada...

(...) na margem occidental, foi fundada ha, mais ou menos, trinta annos, quando para o ponto em que Ella está se transferiu a pequena povoação de S. Joaquim que demorava á sombra das baterias do forte do mesmo nome. É cabeça da Comarca do Rio Branco, Capital do Municipio, e mantem, com regular frequencia, duas escolas primarias para os dous sexos. Além dessas, ha duas outras escolas no Alto Rio Branco, uma na Capella e outra no Igarapé Grande do Uraricoera. Do seu commodo porto, cortado pela natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde está construida a villa. Seu conjuncto apresenta perspectivas em geral encantadoras e, de alguns pontos de vista, realmente bellas. Possui boas casas, algumas de alvenaria e uma capella edificada singellamente, mas com relativa elegancia. Pode-se considerar Boa Vista como o centro mais importante de todo o movimento commercial, industrial e agrícola do Alto Rio Branco (OURIQUE, 1906, p.13)

Doze anos depois, por volta de 1916 ou 1917, a vila de Boa Vista contava com 164 casas e por volta de 1200 habitantes. Contudo, os esforços civilizatórios de guiar esse pequeno grupo, afastando-o do concubinato com as índias, das práticas espíritas e religiões apócrifas, e da manutenção da civilidade branca e cristã, levou à criação também de um pequeno jornal que só recentemente veio ao lume historiográfico. Trata-se do *Jornal do Rio Branco: Órgão mensal dos interesses dos moradores do Rio Branco*¹²⁶ (Imagem fac-similar 01), de propriedade da Prelazia do Rio Branco e Dias Medeiros e Cia, que surgiu e circulou entre os anos de 1916 a 1919. Impresso na oficina tipográfica São Bonifácio na Vila de Boa Vista, em posse dos missionários beneditinos. O jornal possuía quatro páginas divididas entre as colunas fixas “Parte Editorial”, assinada pelo bispo Gerardo Caloen;

¹²⁵ “Tomemos a lancha a vapor de pequeno calado como meio de conducção, por ser o mais empregado naquelle rio, visto poder augmentar facilmente sua capacidade de transporte, pelo additamento de batelões apropriados a essa navegação, além de outras vantagens. De ordinario a lancha navega com um só batelão amarrado ao costado, lateralmente, levando tambem uma ou mais montarias a reboque” (OURIQUE 1906, p.9)

¹²⁶ Ascópias microfilmadas do *Jornal do Rio Branco* (1916 a 1919) encontram-se no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa – CENDAP na Universidade Federal do Amazonas. Para esse trabalho utilizaremos o cervo digital (do ano de 1917) disponível no Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

“Parte Diocesana”, com reflexões sobre o espiritismo e divulgando os nomes das pessoas que contribuíram com esmolas para a Matriz; “Parte Variada”, com decretos municipais e audiências públicas e, por fim, as colunas de informações nacionais e internacionais “Várias Notícias do Brasil” e “Várias Notícias do Estrangeiro”.

Afinal de contas, como uma vila tão distante e pouco habitada conseguiu uma tipografia para conduzir a impressão de um periódico? Cabe a nós, pesquisadores nas áreas de Comunicação e História, a difícil tarefa de responder a tal pergunta. O que se sabe é que a necessidade de incorporar elementos arremidos à civilização, produzindo uma identidade uniforme e letrada vinculada à consciência nacional é vista como extremamente necessária pelas autoridades locais. O jornal, nesse sentido, funciona como um espaço de sociabilidade que permite a troca de experiências, a organização do espaço urbano, seja por meio do anúncio de propriedades, realizações de festas ou bailes em determinadas localidades.

1. Organização política de Boa Vista: a Maçonaria e a Igreja

O esforço acadêmico recente tornou a história de Roraima mais compreensível para os seus moradores. Este esforço vincula o crescimento urbano de Boa Vista à atividade agropecuária, fundamento econômico da região na virada dos séculos XIX e XX. Essa atividade era então dependente da existência de um mercado crescente no Amazonas que, sobretudo a partir do ciclo da borracha, tornou-se atrativo para migrantes nordestinos.

Com a lei 132 de 29 de julho de 1865, as terras a partir das corredeiras do Rio Branco até o Norte, passaram a pertencer à freguesia de Nossa Senhora do Carmo, vinculada à província do Amazonas, município de Moura. No relato de Henri Coudreau, durante sua viagem em 1887 pelo rio Branco, "a população de Boa Vista compõe-se de brancos, mamelucos e índios. Esses últimos prestam serviços domésticos e trabalham para os brancos". Foi somente a partir da seca nordestina que a população passou a assumir mais elementos étnicos, pois...

(...) o fluxo migratório chegou a alcançar o rio Branco. Inicialmente vieram grupos originários do Maranhão e, sucessivamente, famílias inteiras de todo o Nordeste brasileiro (...) A relação dos índios com os brancos foi de evidente submissão. Os índios foram obrigados a aprender o português e a trabalhar em troca de comida, roupa e ferramenta, muitas vezes em situação de escravidão (FERRI, 1990 p. 22).



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Em meados do século XIX, o forte São Joaquim entrou em declínio e apenas o povoamento de Nossa Senhora do Carmo, já com o nome de Boa Vista, continuou a existir. Com a República Brasileira instituída, o Município de Boa Vista foi criado com o decreto 49 em 9 de julho de 1890. O governador do Amazonas na ocasião, Augusto Ximeno de Ville Roy, promoveu a freguesia de Nossa Senhora do Carmo à condição de vila de Boa Vista do Rio Branco, tendo como primeiro prefeito o senhor João Capistrano da Silva em 25 de julho de 1890. Um ano mais tarde, a Constituição favorecia a ocupação fundiária no Vale do Rio Branco.

A inexistência de vias terrestres e a limitação da navegação no Rio Branco dificultaram de integração da vila de Boa Vista ao restante do Estado. Como lembra Barros (1995), “subordinada ao Estado do Amazonas até o ano de 1943, Boa Vista não detinha a função de sede de decisões políticas. Era somente um apêndice, uma ponta de ocupação. A povoação era uma malha com três ruas paralelas à margem do Rio Branco” (Apud VERAS, 2009, p. 57). Essa povoação teve como principal origem a dispersão de migrantes nordestinos em busca de melhores condições de vida (NETO, 2011, s/p), seduzidos pelos discursos inerentes ao ciclo da borracha – na ocasião, a atividade agropecuária em Boa Vista pode ser vista como um desdobramento do ouro branco – e, num segundo momento, pela própria crise da extração da borracha. As formas de ocupação do vale do Rio Branco, entre elas a grilagem das terras estatais, favoreceu o enriquecimento das famílias proprietárias dos grandes rebanhos bovinos. Tais fatos preocupavam os missionários beneditinos, podendo ser percebidos nas seguintes recomendações de D. Gerardo van Caloen:

O primeiro interesse dos monges deve ser o cuidado espiritual dos cristãos da diocese, através das visitas às fazendas e lugares habitados. Devem fundar um colégio para os filhos dos fazendeiros e ter mansidão e paciência para ganhar os corações de todos. Devem também manter boas relações com o Sr. Bento Brasil, autoridades e fazendeiros (VANTHUY, 2000, p.79).

O desejo de “manter boas relações” com a oligarquia local foi dissipado logo na chegada dos beneditinos à vila de Boa Vista. A tensão vivida pelos monges em relação à ocupação da terra e à propriedade do gado bovino teve início em 1906, quando D. Gerardo



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

solicitou ao governo brasileiro a área da fazenda São Bento¹²⁷ para a organização da missão beneditina¹²⁸. Porém, em 1909, ao chegarem à vila de Boa Vista os monges sentiram...

(...) na pele que o elo de todos os entraves e questões no rio Branco é o gado e a fazenda. Primeiro quando solicitaram os bens (gado) da fazenda da paróquia, da qual era procurador aquele que d. Gerardo recomendava de ter boas relações, Bento Brasil, o mesmo não quer devolver, pois terra não havia. Em busca do lugar chamado S. Bento, que havia sido requisitado ao governo federal para o mosteiro e primeiro núcleo missão, descobriram que estava retalhado por usurpação e apropriação de vários fazendeiros. D. Gerardo aconselha-os a não brigarem com ninguém, pois desde maio estava a espera do parecer do inspetor de Manaus, para que o ministro assinasse o pedido. Os fazendeiros não aceitam muito esta idéia de padres fundarem missão no meio de índios. Aqui está o raiz das futuras perseguições (VANTHUY, 2000, p.80)

Antes de descrevermos os desdobramentos deste conflito é importante colocar o leitor a par do sentimento pouco harmônico existente entre a igreja católica e os maçons na região. Entre 1861 e 1890, a igreja na Amazônia era composta por apenas uma única diocese estabelecida no Pará. Nesse período, D. Antônio de Macedo Costa era, no interior do clero, aquele que incentivava a independência da igreja frente ao Estado e opositor ferrenho da Maçonaria. D. Macedo interditou duas entidades religiosas no Pará por abrigarem maçons. Dom Pedro II, ele mesmo maçom, solicitou que a interdição fosse anulada, mas D. Macedo manteve sua posição e, em virtude disso, foi sentenciado em 1874 a 4 anos de trabalhos forçados.

Com a desanexação da prelazia do Rio Branco da diocese do Amazonas, o patrimônio da Capela de N^a. S^a. do Carmo na Vila de Boa Vista passou a ser gerenciado pelos beneditinos. Um desses patrimônios foi a Fazenda de São Bento, entregue ao vigário da prelazia do Rio Branco no dia 19 de maio de 1909, durante ato solene na Matriz de Manaus com a presença do Coronel Bento Brasil, até então administrador da Fazenda. Outro fator que contribuiu para a tensão vivida pelos missionários estava ligado à

¹²⁷ Em meados do séc. XVIII a Coroa Portuguesa, fundou três fazendas Reais no Vale do Rio Branco, são elas: A fazenda do Rei com o nome de Fazenda de São Bento, entre o rio Uraricoera e o Rio Branco. A segunda foi criada as proximidades do Forte São Joaquim com o nome de São José. A terceira conhecida por Fazenda São Marcos foi fixada entre o rio Uraricoera e o Tacutu.

¹²⁸“A administração desta fazenda passou ao vigário geral; da Prelazia, quando no dia 19 de maio de 1909 lhe foi entregue o governo da dita Prelazia pela autoridade diocesana do Amazonas. O ato da entrega realizou-se na matriz de Manaós e em presença do proprietário Snr. Bento Brasil, procurador da fazenda”.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

fundação, em 1909, da loja maçônica “Paz e Progresso do Rio Branco” com 48 membros pertencentes ao ciclo das amizades do Coronel Bento Brasil¹²⁹ (CIRINO, 2009, p. 61).

De acordo com D. Achaire Demuynck a autoridade da loja maçônica na vila de Boa Vista era duvidosa, pois...

(...) fora instituída por um aprendiz de 3º grau e não tinha relação com a Grande Ordem do Amazonas. Os beneditinos concluíram, então, que a criação da loja tivera o propósito de neutralizar as atividades da missão. Diante das circunstâncias, eles decidiram mudar para Fazenda Calunga e ir à Vila apenas para o exercício das atividades pastorais e reservaram o restante do tempo para realizar viagens apostólicas nas áreas indígenas (CIRINO, 2009, p. 61).

A situação tensa entre os beneditinos ficaria pior quando, no dia 20 de novembro, após a celebração da missa na Capela de Boa Vista por parte do R.P.D. Alberto, um senhor mencionando ser padrinho de uma criança veio-lhe pedir o batizado. Até então, as perguntas de praxe tinham sido prontamente respondidas: se o homem era casado, religioso etc. Quando, contudo, o senhor disse que ser maçom, D. Adalberto interrompeu as perguntas e explicou que a igreja proibia os padres de aceitarem padrinhos maçons. O senhor respondeu rudemente ao padre. Esse senhor era Adolfo Brasil, filho do Coronel Bento Brasil. A partir daí a peleja estava pronta, opondo de um lado o poder religioso e de outro o político.

No que concerne aos aspectos sociais e urbanos, a configuração do povoado de Boa Vista, segundo o eclesiástico Joaquim Gondim, apesar da sua limitação populacional ainda subsistia de forma estável, possuindo até disponibilidade de energia elétrica:

Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte e uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta com quatorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento “canto da fortuna”, do Senhor João Secundino Lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se no preparo de seus produtos, de maquinismos especiais. O seu

¹²⁹ Para maiores informações a respeito das divergências entre os beneditinos e a oligarquia do Rio Branco ver: “Archiepiscopia Nullina de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro. Relatório da perseguição dos Missionários e chonicado Rio Branco. Novembro de 1909 até abril de 1910”.



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

estabelecimento, o único que possui bombeamento d'água, achava-se provido de instalações elétricas (1922, Apud VERAS, 2009, p. 70).

As estimativas feitas por visitantes podem variar, nunca ultrapassando a margem de 1500 habitantes. Entre estes estão portugueses, brasileiros, mestiços, índios e negros vindos da Guiana Inglesa (Apud VERAS, 2009, p. 71). As casas eram simples, de pau-a-pique, construídas através dos recursos então mais fáceis de encontrar na região e até hoje comuns em algumas das ruas da cidade. Segundo D. Pedro Eggerath, em 1920 a cidade se organizava às margens do Rio Boa Vista, ao redor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que constituía então o centro da cidade, ajudando a demonstrar o poder exercido pelo clero local:

O aspecto das casas, construídas em parte de pedra e cal, cobertas de telhas e dispostas ao longo de ruas largas, é difícil de descrever, muito embora esteja a sede deste enorme município representado apenas por 200 edificações, entre casas e barracas, distantes umas das outras, o que explica a razão das muitas ruas e o fato de parecer Boa Vista, de longe, muito maior do que realmente é. A sua população que se pode estimar em 1300 habitantes, compõe-se na sua maioria de famílias de fazendeiros do Rio Branco. Perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N. S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo concertada dignamente. O edifício da municipalidade fica logo em frente ao porto; é de feitio simples, mas sólido. As demais edificações são em sua maioria casas de famílias, afora alguns negócios e barracas (Apud VERAS, 2009, p. 72).

O contexto de formação e dispersão do povoado, portanto, está ligado a alguns fatores principais ainda na década de 1920: o fornecimento de gado vivo para o mercado de Manaus (NETO, 2011, p. 8), a extração de minérios ao norte de Boa Vista e a crise da borracha. Um primeiro impulso mais substantivo aconteceria apenas a partir do final de 1930, concentrado na Tríplice Fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela (NETO, 2011, p. 12). Por outro lado, as tensões religiosas e políticas, vinculadas às heresias que preocupavam as autoridades eclesiásticas.

2. O que foi o *Jornal do Rio Branco*?

A assinatura do *Jornal do Rio Branco* acontecia na Casa Sempre-Serve pertencente ao cidadão Mizaél Guerreiro. A Igreja, que funcionava como núcleo da cidade, também orientava o caráter da publicação, buscando assimilar os vários habitantes da localidade,



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

O jornal e sua proposta civilizadora implicavam colocar os habitantes de Boa Vista em conexão uns com os outros e, mais importante, com o país que o Governo Republicano estava criando. Isso dizia respeito a ter em mente alguns requisitos civilizatórios capazes de organizar toda a atividade do tipógrafo: a busca pela inserção harmônica e racional da religião católica no cotidiano boa-vistense, a organização social baseada na urbanidade, a moralização e desenvolvimento de costumes sociáveis e monogâmicos, o estabelecimento de conexão de identidade com o resto do país e o desenvolvimento de políticas educacionais de maior alcance.

O jornal possuía quatro páginas, cada uma delas com quatro colunas. Segundo o redator, a tipografia era proveniente da Itália, motivo pelo qual não tinha disponível o sinal gráfico “til” (Janeiro-fevereiro de 1917, p. 1). O redator define-se ainda como um jornalista cujo propósito é integrar o Rio Branco ao resto do país sob o signo da religião católica já que, além de jornalista, também é um bispo (Junho de 1917, p. 1). Para ele, o dever de jornalista é ser porta-voz da opinião pública, convertendo o seu conhecimento em suporte para o desenvolvimento da comunidade como um todo. Ele define o seu papel pedagógico, por exemplo, alertando a população para a necessidade de ferver a água:

É nosso estrito dever de jornalista preocupado do bem geral deste povo, de insistir novamente sobre esta recomendação tão séria do sábio clínico, que aliás, o ‘Jornal’ tinha feito já aos seus leitores. Pedimos, pois, encarecidamente, a todo o povo do Rio Branco, de nunca mais beber água que não tenha sido fervida (Janeiro de 1917, p. 3, grifos nossos).

Ao contrário do modelo jornalístico que se desenvolveria mais tarde em torno dos padrões de escrita objetivos, o papel do jornalista ainda é visto como um comprometimento patriótico e religioso com a comunidade que está sendo construída, vinculando-a aos modelos de cidades em torno de um poder centralizado. Sendo *O Jornal do Rio Branco* o único periódico a circular na região e proveniente da única tipografia no Extremo Norte do país, o jornalista não precisa ser imparcial: ele deve se envolver diretamente com o bem estar do Rio Branco, abrindo o espaço para as iniciativas evangelísticas e antimaçônicas.

Apesar dos conflitos nítidos na instalação dos beneditinos no povoado, o jornal mantém distanciamento quanto a tocar diretamente nos temas da Maçonaria. Não é segredo que a doutrina kardecista/espírita estava entranhada de alusões aos princípios de deísmo ou desrespeito ao clero, implícitos na “Ordem Universal” da Maçonaria (RIMMÔN, 2013). A



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

forma possível dos beneditinos atacarem os influentes indivíduos maçons foi sugerindo a observância estrita da religião correta, baseada nos princípios do sólido catolicismo orientado pelo Vaticano.

O jornal traz, desta forma, em todas as suas edições uma “parte diocesana”, voltada para o ensinamento da doutrina. Essa preocupação não deve assombrar o leitor, dada a grande presença de elementos sincréticos provenientes da cultura negra e indígena, ainda hoje uma característica da região e, sobretudo, elementos maçônicos, considerados, como já se observou, uma das principais heresias no contexto da fundação de Boa Vista. Dada a imagem arranhada dos padres na vila, percebidos não incomumente como gananciosos e exploradores, a tipografia tinha também o objetivo de refazer sua reputação, reforçando os vínculos do boavistense com as iniciativas beneditinas de organização social:

os padres não são estes inimigos do povo, malfeitores e gananciosos, como muitos aqui no Rio Branco, pervertidos por más feitura, e sem o acreditarem eles mesmos, o dizem publicamente; 2º que a representação do Prelado do Rio Branco, feita em 1909, era bem fundada a tal ponto que foi atendida pela dita Assembleia, e que escapamos assim, no Rio Branco, a mil misérias e dificuldades administrativas, a não falar nos erros do Correio (Abril/Maio de 1917, p. 3).

Nesse sentido, o jornalista e bispo admite ser seu dever, em primeiro lugar, o serviço prestado à religião católica e, num segundo, o amor devotado à pátria. Assim, suas atividades exigem bastante preparo intelectual na hora de evitar o risco de contágios com a Maçonaria e espiritismo: “Somos patriotas assim como somos católicos. Nosso dever é amar a Pátria, sustentá-la, defender sua honra, como amamos e defendemos a Santa Igreja Católica nossa mãe” (Junho de 1917, p. 1). Os costumes sincréticos, desviados da conduta orientada pela civilidade, eram vistos como perigosos para a construção da cidade. Não apenas os costumes estariam se desviando do catolicismo quanto os diversos elementos sincréticos presentes na região estariam impossibilitando a formação de famílias católicas ou elementos leitores de classe média. O bispo, assim, fazia o alerta:

Qual será o fim de uma geração que amanhã virá a ser a população de uma cidade, desde que seus pais sejam homens corruptos, homens sem escrúpulos, homens sem moral e que não procuram aprender com os mais moralizados o bom caminho da moral? (março de 1917, p. 4).



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Evidentemente, educar-se a partir dos padrões morais católicos e urbanos implicava num esforço sistemático de alfabetização por parte das autoridades. De nada adiantaria o bispo esforçar-se para inserir “doutrinas corretas” no cotidiano da população se esta nem sequer estava apta para a leitura. Dada a negligência das autoridades com relação a esses benefícios letrados, o bispo previa a formação de várias gerações de “idiotas úteis”, ou “analfabetos perfeitos”:

Nunca se falou tanto no analfabetismo e na necessidade de combatê-lo pelo ensino público, como nos nossos tempos. Nunca, porém, foi tão negligenciado o ensino público, no nosso Rio Branco como agora. E é de prever, que, se as coisas não mudarem, ou se o ensino particular não chegar a substituir o ensino público, teremos em breve aqui uma geração de analfabetos perfeitos, o que não constitui título de glória (Abril/Maio de 1917, p. 1).

Enfim, o prospecto lançado neste primeiro ano de jornalismo em Boa Vista não é nada vantajoso para os nativos segundo o jornal: a influência maçônica e espírita, o analfabetismo, o candomblé, a mancebia com as índias, a bebedeira, enfim, a falta de costumes familiares que levava o bispo a lamentar a distância de Roraima com relação à autoridade central. Nas poucas vezes, nesse sentido, em que o governador do Estado Pedro Bacellar fez menção em aparecer, foi saudado como se fosse uma substância regeneradora, pronta a, com sua presença politicamente poderosa, ajudar a colocar a vila nos eixos:

De diversas pessoas que falaram com o Exmo. Dr. Pedro Bacellar, Governador do Estado do Amazonas, soubemos que S. Ex. mostrou grande interesse para com nossa região do Rio Branco, e pretende até nos visitar brevemente, talvez já no mês de junho que vem. Nenhuma notícia podia nos ser mais agradável. Pois, além do nosso prazer e da honra que todos teremos em conhecer a primeira autoridade do Estado, e de entrar em relações pessoais com ele, podemos estar certos de que, *uma vez conhecendo a situação desta terra, ele não deixará de empregar seus esforços para melhorar as condições de vida no Rio Branco*. Seja bem-vindo o Exmo. Sr. Governador (março de 1917, p. 3, grifos nossos).

Enfim, a distância política dos centros de poder decisório é percebida como um dos principais problemas para a civilização no sertão. As utopias construídas pelo bispo são sempre narrativas vinculadas aos projetos de construção de autoestradas, portos e ferrovias, únicos instrumentos capazes de fazer a nação republicana penetrar em Roraima. Dirigindo-



30 ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

se ainda ao governador Bacellar, o bispo escreve:

S. Excelência parece que tem a intuição de que o levantamento do Rio Branco será o caminho mais seguro para chegar ao levantamento do Estado inteiro; pois o Rio Branco, há dois séculos que se escreve isto, é destinado a ser o celeiro do Amazonas, e o Amazonas há de ser o celeiro do mundo, como disse o grande sábio Humboldt (Abril/Maio de 1917, p. 4).

Considerações finais

Durante o período colonial, a região amazônica foi disputada por missionários, percebidos, num contexto de barbárie indígena, como politicamente importantes para integrar a selva ao reino português. Antes dos projetos de ocupação econômica do século XX, foram eles os principais atores brancos a intercambiar e manter relações cativas com os indígenas. Em Boa Vista, os projetos de ocupação que se deslocam da fortaleza de São Joaquim para a recém fundada vila de Boa Vista carregam essa herança missionária mas se debatem, contudo, com a “negligência salutar” dos coronéis que foram se instalando na região na condição de posseiros.

Dispostos a transformar esse histórico de negligência, no início do século XX, os missionários chegados à região deram início a uma série de propostas de moralização e urbanização da vila, buscando conectar Boa Vista à administração central e garantindo ordenação na ocupação e exploração econômica da região. Um de seus principais projetos, embutidos na proposta missionária, é a alfabetização. Não é segredo que as missões indígenas abriram, no Brasil inteiro, um vasto espaço para a construção de relações duradouras entre índios e brancos, ainda que sob a forma de aculturação.

Da mesma forma que, ainda no século XVI, o Padre José de Anchieta compilava um livro catequético na linguagem *nheengatu*, os missionários beneditinos em Boa Vista levaram consigo uma tipografia italiana, através da qual imaginavam alcançar os quatro cantos dos sertões do extremo Norte brasileiro. Se os primeiros contatos entre os beneditinos e os coronéis foram pouco amistosos, dada a indisposição dos missionários diante das práticas maçônicas, espíritas e outras formas de conduta consideradas desviadas, o processo de levar uma civilidade católica pode ter se concentrado, como aconteceu a partir de 1916, em iniciativas mais sistemáticas na direção da educação pública. Mesmo, contudo, tendo fundado um periódico para esclarecimento, doutrinação e orientação prática



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

da vida coletiva, os missionários se debateram com o intenso analfabetismo e negligência das autoridades centrais com relação à educação. Dessa forma, o bispo responsável pelo *Jornal do Rio Branco* lamentava:

Bem longe vivemos aqui do coração de nossa Pátria! Brasileiros somos, porém, brasileiros sinceros, apesar de desprezados, ciosos pelo soerguimento do Brasil, consolados, quando aparece algum sinal de regeneração e de levantamento para esta nação da qual somos parte (Abril/Maio de 1917, p. 1).

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação Humana em Roraima**. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldii*. Belém, 1993.

BONATTO, Fabio. 2002. <http://www.viconsaga.com.br/lageop/teses/fabio%20bonatto.pdf>

Jornal do Rio Branco, Boa Vista, 1917.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. A “boa nova” na língua Indígena: contornos da evangelização dos Wapichana no século XX. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos a imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: 1990.

LUCKMANN, Donato. **História e geografia do Município de Boa Vista**. Série: Roraima Através dos Municípios. Vol. 1. Apoio: Prefeitura Municipal de Boa Vista, FECEC, 1989.

NETO, Manuel Aires da Silva. **Migração de nordestinos para o vale do Rio Branco (RR) entre 1890 e 1930**. Monografia apresentada na UFRR, 2011.

OURIQUE, Jacques. **O Valle do Rio Branco: estado do Amazonas**. Manaus: G. Huebner & Amaral, 1906.

RIMMÔN, Sérgio. “Allan Kardec e a Maçonaria”. 2013. Disponível em: <http://www.blumenews.com.br/site/index.php/columas/columas/item/8185-allan-kardec-e-a-maconaria> (Acesso em Março de 2014).

SOUZA, Marcio. **Expressão Amazonense**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

VANTHUY NETO, Raimundo. **Dirigir almas e servir ao jeito de muitos: A missão dos Beneditinos junto aos povos indígenas de Roraima – 1909/1948**, São Paulo, 2000. 257 f.



**30º ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA**

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Dissertação (Mestrado em TeologiaDogmática). Pontifícia Faculdade de Teologia de Nossa Senhora da Assunção, São Paulo,2000.

VERAS, Antonio Tolrino. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. Tese apresentada na USP, 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.



**30º ENCONTRO
REGIONAL NORTE
DE HISTÓRIA DA MÍDIA**

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

A editoria de Meio Ambiente em Jornais impressos de Roraima: uma breve análise histórica

Otacílio Gabriel Trajano MONTEIRO¹³⁰

Sonyellen Fonseca FERREIRA¹³¹

Resumo: O desenvolvimento econômico causou uma busca desenfreada por recursos naturais, acarretando assim em danos, às vezes, irreversíveis à natureza. A ausência de políticas públicas eficientes, a ganância dos empresários e a acomodação dos cidadãos são as razões de tantas agressões. Nesta medida, perceber mais miudamente as ligações do homem com seu meio natural é fundamental. O papel do jornalista é crucial nesse sentido. Ele é o termômetro que percebe as alterações decorrentes da exploração inadequada do meio ambiente, na medida em que, teoricamente, está atento às mudanças mais sensíveis na vida das pessoas. Como essa sensibilidade é inadequada ao ritmo de trabalho industrial a que os jornalistas são costumeiramente submetidos, muitas mudanças no ecossistema social e ambiental acabam passando em branco ou recebem uma cobertura inadequada. Repensar a cobertura do meio ambiente jornalístico é repensar também aquilo que Sylvia Moretzschon (2007) chamou de “suspensão do cotidiano”. A capacidade de refletir com integridade as mudanças é também a capacidade de se deslumbrar continuamente diante do novo, escapando às rotinas profissionais.

Palavras-chave: Jornalismo, editorias, meio ambiente, jornalismo em Roraima.

1. Contextualização histórica das editorias jornalísticas

Antes da invenção da escrita e da criação da imprensa, a notícia (assim como a História) era propagada na sociedade de vizinhança, por meio do relato oral. Após Gutenberg, deixou de ser narrada pelas pessoas e sua comunicabilidade (transmissão e difusão) ficou a cargo dos jornais e dos demais meios de comunicação (BAHIA, 1990).

A especialização do trabalho foi promovida pelo processo de industrialização. Nas fábricas, no início da Revolução Industrial, a divisão do trabalho foi criada para facilitar e aumentar a produção. Cada operário ficava responsável por uma tarefa. “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (SMITH, 1985, p 41).

¹³⁰ Graduado em Comunicação Social – UFRR/ RR otaciliogabriel@hotmail.com

¹³¹ Mestranda em Letras - PPGL-UFRR/ RR sony.ferseck@gmail.com



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

Comprovado o êxito da experiência, a ideia foi transferida para o mercado de trabalho. “A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem” (SMITH, 1985, p 42). A sugestão de Adam Smith foi estendida a todas as empresas, inclusive as de comunicação. Nas redações, o trabalho também começou a ser distribuído entre os funcionários.

A especialização do trabalho jornalístico é uma consequência lógica da divisão do trabalho nos veículos de comunicação. A exemplo do que ocorreu na produção industrial, os veículos de comunicação departamentalizaram as redações nos anos 1960 com a criação de editorias especializadas, encarregadas da cobertura jornalística de atividades ou setores específicos (LUSTOSA, 1996, p 109).

A departamentalização das funções promoveu uma reorganização dentro dos meios de comunicação. Os jornais deram início à separação do conteúdo jornalístico por temáticas (ou seja, por editorias). As modificações no visual dos jornais trouxeram benefícios ao leitor, que passou a encontrar rapidamente as matérias que lhe interessam; e aos editores, que puderam esquematizar o processo de estruturação dos jornais.

A invenção de editorias começou a ser observada nos anos 60. No Brasil, a década é marcada pelo regime militar. E esse período político está diretamente relacionado com o nascimento dos espaços segmentados. Com o poder de governar o país nas mãos, os militares suspenderam a democracia. Os jornais foram obrigados a excluir praticamente todas as informações sobre questões político-partidárias e de temas relacionados com os conflitos sociais. As greves, por exemplo, não eram divulgadas.

Apesar da censura da imprensa, os jornais continuavam circulando e precisavam de material para ser publicado. Com isso, os assuntos econômicos começaram a ganhar espaço nos jornais. Assim:

Durante o regime militar, com o esvaziamento da esfera política, os jornalistas, mais do que nunca, foram obrigados a trabalhar com assuntos especializados, principalmente econômicos. Os tecnocratas falavam difícil, citando sempre uma ou mais expressões em inglês, em cada cinco palavras que pronunciavam. O jornalista passou a se especializar ainda mais, a fim de traduzir a linguagem dos tecnocratas e, com isso, ampliou-



30º ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA

“50 anos do Golpe Militar no Brasil”

10 e 11/abril - Boa Vista/RR - UFRR

se o espaço destinado aos assuntos econômicos (LUSTOSA, 1996, p 111-112).

Com o fim da ditadura militar, os jornais passaram a ter espaços próprios para tratar de assuntos especiais, com discurso ou codificação específicos (LUSTOSA, 1996).

Segundo Erbolato (2008), as editorias podem ser permanentes ou transitórias. Ele cita exemplos de permanentes: *Esportes, Interior, Ecologia, Transportes, Educação, Polícia, Artes, Política, Suplementos, Minérios e Saúde*. As transitórias aparecem quando um assunto é atual e importante, como: *Meningite, Inundações, Geada, Seca, Contratos de Risco, Itaipu, Presidente da República no Exterior ou Reforma Constitucional*.

Mesmo que o mercado de hoje exija a multifuncionalidade do jornalista, a especialização do profissional é avaliada por muitos estudiosos como importante para a qualificação do material jornalístico produzido pelos jornais. Um deles é Clóvis Rossi. Para o autor, “a qualidade da informação seria muito maior se os assuntos pudessem ser tratados por um jornalista com razoável *background* deles” (ROSSI, 2000, p 70). O jornalismo ambiental pode ser considerado uma das muitas especializações do trabalho jornalístico. Conforme o jornalista Roberto Villar, em artigo publicado no site agirazul:

A reportagem de meio ambiente tem que ser "vendida" como qualquer outra matéria. Deve ser novidade e de interesse público. A linguagem tem que ser simples. Deve procurar contextualizar o homem dentro da natureza, e sempre apresentar os problemas com as soluções ambientalmente sustentáveis.

Entre as suas atribuições específicas estão: produzir informações que permitam ao público obter com clareza, precisão e objetividade, um retrato não fragmentado sobre as questões ambientais. “Deve ainda informar sobre as opções existentes de desenvolvimento sustentável, promovendo o acesso da população a uma melhor qualidade de vida sem causar prejuízos ao meio ambiente” (LUFT, 2005, p 53). Para o professor Wilson da Costa Bueno:

Podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. O Jornalismo Ambiental desempenha inúmeras funções, mas é possível